



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ORAL

O *Legislative Council* de Hong Kong aprovou recentemente a proposta da Lei do Salário Mínimo, e este diploma depende agora apenas da fixação do valor mínimo de rendimento e de outros trabalhos seguintes para que a sua efectivação se torne realidade.

No caso de Macau, vigoram desde há muito neste território as convenções internacionais da Organização Mundial do Trabalho, e a Lei de Bases da Política do Emprego e do Direitos Laborais, publicada em 1998, determina também expressamente a necessidade da fixação do salário mínimo e sua actualização periódica. Porém, nesses últimos dez anos, para além de se ter adoptado o salário mínimo na adjudicação do serviço de limpeza e de segurança pelos serviços públicos, a extensão do nível mínimo do salário até ao sector privado continua a ser uma questão que não tem sido tratada com seriedade pelas autoridades.

A fixação do salário mínimo é uma medida cuja adopção está determinada na lei de Macau, e trata-se também de uma longa reivindicação dos trabalhadores, especialmente os de baixo rendimento. O Executivo deve, de facto, assumir a sua responsabilidade de iniciar quanto antes o processo legislativo para este efeito, lançando o debate na sociedade sobre o conteúdo da regulamentação legislativa sobre o salário mínimo e a sua implementação.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

O consenso chegado pela sociedade sobre esta matéria contribuirá para que haja uma protecção aos trabalhadores de baixo rendimento que vivem há muito numa situação de desvantagem, evitando assim um agravamento do fenómeno da pobreza de trabalhadores no activo.

Deste modo, interpelo o Executivo sobre o seguinte:

1 – Desde que salário mínimo foi adoptado há três anos para a adjudicação do serviço de limpeza e de segurança pelos serviços públicos, as autoridades têm afirmado que o resultado da sua aplicação seria objecto de avaliação, e que seria definido o valor do salário mínimo depois de se chegar a um consenso com base na experiência adquirida. Assim sendo, qual foi o resultado desta avaliação? Por que razão ainda não foi divulgado? Quais as experiências entretanto adquiridas pelo Executivo? Qual o trabalho que foi feito pelas autoridades para se chegar a um consenso sobre esta questão?

2 – Nos inícios do corrente ano, na resposta a uma interpelação apresentada por um deputado, o Executivo tinha afirmado que tem dado sempre atenção à questão da “fixação do salário mínimo e sua actualização periódica”, sendo este um assunto que tem vindo a ser debatido em sede do Conselho Permanente de Concertação Social. Então, como está a decorrer este debate? Registou-se algum avanço nesse debate?

3 – A aplicação da Convenção sobre Métodos de Fixação de Salários



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Mínimos foi estendida desde há muito a Macau e, em 1998 foi definido por lei a “fixação do salário mínimo e sua actualização regular”, mas até agora não se iniciou ainda o processo legislativo sobre o salário mínimo. Foi devido à forte reivindicação do sector laboral que o Executivo definiu o salário mínimo na adjudicação do serviço de limpeza e de segurança pelos serviços públicos, e como medida provisória de apoio a trabalhadores de baixo rendimento foi lançado o “regime de subsídio complementar aos rendimentos do trabalho”. Mas, quanto ao processo legislativo sobre o salário mínimo, não existe nenhuma calendarização nem qualquer outro trabalho concreto desenvolvido nesse sentido, o que leva a acreditar que as autoridades estão a querer adiar o assunto. Nesse contexto, afinal qual é a posição do Executivo em relação a esta questão? O executivo definiu algum plano ou projecto concreto para a regulamentação legislativo do salário mínimo?

21 de Julho de 2010.

A Deputada à Assembleia Legislativa: Kwan Tsui Hang.